



PMs são condenados por corrupção passiva em Goiânia

Eles cobraram R\$ 3 mil para devolver a arma de fogo de um vigilante, apreendida quando este saía do serviço



Segundo os autos, os policiais militares cobraram R\$ 3 mil para devolver a arma de fogo de um vigilante, apreendida quando este saía do serviço| Foto: Ilustrativa

Dois policiais militares foram condenados pela Justiça Militar do Estado de Goiás à prisão pelo crime de corrupção passiva.

Na decisão, o juiz Gustavo Garcia condenou o 3º sargento Augusto César Rocha de Carvalho e o cabo César Antônio de Lima por praticar extorsão de um vigilante que possuía uma arma para o exercício da profissão.

O crime ocorreu no dia 21 de dezembro de 2017 no Jardim Nova Esperança, em Goiânia.

No inquérito, conversas de Whatsapp entre o sargento e o vigilante foram anexadas como evidências das negociações.

A sentença atribuída ao sargento Augusto foi de 6 anos e 8 meses de prisão, enquanto a aplicada ao cabo César Antônio de Lima foi de 5 anos e quatro meses de reclusão.

As penas privativas de liberdade deverão

ser cumpridas no regime semiaberto, em estabelecimento militar próprio.

O crime

De acordo com os autos, os militares estavam em serviço em 21 de dezembro do ano passado quando, por volta da 5h, abordaram a vítima.

O trabalhador dirigia um carro da empresa na qual trabalhava quando foi ordenado que parasse.

Em seguida, o sargento questionou se o vigilante possuía uma arma. Em resposta, o homem disse que havia uma pistola no porta-luvas.

Apesar da arma ser registrada, o homem não tinha porte legal para transportá-la.

Foi então que o cabo se apossou da arma e o sargento, por sua vez, perguntou “como é que a gente vai desenrolar aqui?”.

Ao que a vítima respondeu, segundo os autos, “da melhor maneira possível”.

O vigilante chegou a sugerir que pagaria R\$ 200 ou R\$ 1 mil aos policiais. Eles, no entanto, riram da sugestão.

Questionada pelos policiais militares, a vítima disse que o valor de mercado da pistola estava por volta de R\$ 4 mil.

Ficou acertado, então, que R\$ 3 mil deveriam ser pagos para que os policiais devolvessem o objeto.

O valor poderia ser dividido em seis vezes. Um “quebra-galho”, teria dito o sargento.

Pagamento aos Policiais Militares

Ficou acordado entre eles que o pagamento seria feito na casa do supervisor do segurança, que foi informado sobre a situação pelo funcionário momentos depois da abordagem policial.

O primeiro pagamento chegou a ocorrer no dia 20 de dezembro de 2017 na presença dos dois policiais.

Dias depois, a vítima denunciou o fato ao Subcomando da 27ª CIPM (Companhia Independente da PM), à qual são ligados os policiais condenados.

A vítima, então, foi encaminhada à Corregedoria da PM.

Em seguida, os militares foram presos em flagrante e, posteriormente, denunciados por corrupção passiva pela promotora Adrianni Almeida.

Fonte: Folha Z

Sessão Solene homenageia vigilantes da Grande Vitória



Em alusão ao dia dos vigilantes, celebrado no dia 20 de junho, aconteceu no dia 29 de junho a sessão solene na Câmara de Cariacica. Apesar da festividade, o tom da solenidade foi de duras críticas ao atual cenário de desemprego que afeta os profissionais. O vereador André Lopes, que propôs a sessão, é autor do projeto de lei que obriga a todos os bancos e cooperativas de crédito de Cariacica a terem vigilantes durante 24 horas por dia. O Sindseg-GV/ES tem lutado, assim como em outras cidades da Grande Vitória, para ampliação dos postos de trabalhos e, conseqüentemente, a garantia de empregos para os trabalhadores que se encontram desempregados.

Fonte: Sindseg ES

Planalto anuncia Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello como ministro do Trabalho



Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello

A Presidência informou nesta segunda-feira (9) que o advogado Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello será o novo ministro do Trabalho. A posse será nesta terça (10).

Desembargador aposentado, é ex-vice-

presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região (TRT-3). Atualmente, é consultor do escritório de advocacia Sergio Bermudes.

Segundo o tribunal, o novo ministro entrou na magistratura trabalhista em 2001, numa vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Após o anúncio da Presidência, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, afirmou que a escolha de Vieira de Mello é uma “indicação pessoal” do presidente Michel Temer “que não passou pela política”.

Fonte: G1

TUDO QUE OS GOLPISTAS QUEREM É PROTEGER OS MAIS RICOS



Chico Vigilante - Diretor da CNTV e Deputado Distrital

Por que os golpistas instalados no Planalto se juntaram para dar o golpe no Brasil?

Simplesmente porque se incomodavam com as políticas públicas de Lula e Dilma para os pobres e queriam que o país voltasse a privilegiar apenas os interesses dos mais ricos.

Conseguiram? Sim. Fizeram com que o país entrasse novamente no ciclo do neoliberalismo, consolidado em vários países do mundo capitalista, onde uma característica marcante é o aumento do número de milionários.

No desgoverno Temer, mesmo com a crise econômica, enquanto a população pobre encolheu sua renda, os bilionários brasileiros viram seu patrimônio crescer em média 13%, em 2017.

Um exemplo esclarecedor: os cinco homens mais ricos do Brasil - Jorge Paulo Lemann, Joseph Safra, Marcel Herrmann Telles, Carlos Alberto Sicupira e Eduardo Saverin- tem juntos mais dinheiro que cem milhões de brasileiros.

Em 2017, o país ganhou mais 12 bilionários, agora 43 pessoas com uma fortuna de cerca de US\$ 549 bilhões, ou 43,52% da riqueza do país.

Enquanto isso, pasmem, a metade mais pobre da população brasileira controla apenas 2% da riqueza nacional.

Conclusão: a economia brasileira dirigida pela turma do Vampirão está muito boa para quem já tem muito e péssima para quem tem pouco.

Isso mostra algo que eu sempre disse: a crise não afeta os milionários.

As medidas tomadas pelos golpistas para, teoricamente, enfrentar a crise – terceirização, reforma trabalhista, venda de ativos da Petrobras, redução da produção de nossas refinarias, privatização de estatais estratégicas – só fazem afetar os mais pobres e ajudar milionários.

Uma das saídas para a redução desta concentração de renda absurda é uma reforma tributária que imponha penalizações mais fortes para o não pagamento de impostos por parte dos grandes grupos empresariais, e determine a taxação das grandes fortunas.

**Fonte: Chico Vigilante
Diretor da CNTV e deputado distrital**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Jacqueline Barbosa

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF

